



PGR investiga alegada fraude de ectada pelo auditor do BES

Financiamento fraudulento do GES através de dinheiro de clientes do BES, com base em obrigações, terá servido para mascarar contas antes do aumento do capital. CMVM já fez chegar indícios à PGR.

Lígia Simões

ligia.simoies@economico.pt

No centro da investigação do Ministério Público ao universo Espírito Santo está o esquema detectado pela KPMG que foi posto em prática no primeiro semestre pela gestão de Ricardo Salgado e Morais Pires para financiamento do GES com dinheiro dos clientes do BES, por via de obrigações emitidas e de seguida recompradas pelo banco. Os indícios criminais chegaram à PGR através de uma comunicação da CMVM no final de Agosto. Investigadores já pediram aos reguladores peritagens para a exacta compreensão das operações realizadas antes do aumento de capital do BES, iniciado em Maio, e que terão servido para mascarar as contas e atrair accionistas e novos investidores.

Tal como o Económico avançou ontem na mira da Justiça estão suspeitas dos crimes de infidelidade, falsificação de documentos e abuso de confiança. E decorrem de irregularidades e ilicitudes na gestão e comercialização de contratos de gestão de carteiras. No radar do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), que criou uma equipa especial multidisciplinar para investigar o caso BES, está o “esquema de financiamento fraudulento” revelado pelo governador do Banco de Portugal (BdP) na noite de 3 de Agosto em que foi anunciada a medida de resolução. Dois dias antes, Carlos Costa tinha já reagido aos prejuízos históricos ao dar conta da existência de factos supervenientes, identificados pelo auditor externo apenas na segunda quinzena de Julho e com um impacto negativo de cerca de 1,2 mil milhões de euros. Tal veio a alterar substancialmente o valor das perdas do BES que somaram 3,6 mil milhões de euros no se-

A PGR pediu peritagens aos reguladores para exacta compreensão das operações realizadas antes do aumento de capital do BES.



Paulo Alexandre Coelho

mestre e precipitaram a intervenção do Estado no banco privado.

Os factos foram considerados graves pelo BdP, CMVM e a auditora KPMG, tendo os primeiros indícios já sido entregues à PGR, numa altura em que ainda decorre uma auditoria forense da PwC ao banco para descobrir, segundo a instituição liderada por Carlos Costa, “responsabilidades individuais do anterior presidente da administração [Ricardo Salgado], do administrador com o pelouro financeiro [Amílcar Morais Pires] e dos outros membros da comissão executiva que entretanto renunciaram aos cargos”.

IMPARIDADE

1.200 milhões

Impacto negativo nas contas do BES decorrente do esquema de recompra de obrigações.

O aviso do BdP é claro: “Caso se confirme a prática de ilícitos, serão extraídas as necessárias consequências em matéria contra-ordenacional e criminal”. Em causa está um esquema complexo que tem a sociedade Eurofin no centro, descoberto pela KPMG a partir de 11 de Julho, e que foi posto em prática no primeiro semestre (até Abril) pela anterior gestão do BES. Através da passagem por diversas sociedades, o BES terá estado não só a financiar indirectamente o GES como a gerar um lucro fictício resultante das diferentes taxas de juro praticadas. Na realidade, o lucro do GES foi o prejuízo do BES que terá emitido obrigações de muito longo prazo, a desconto, através da sucursal no Luxemburgo, com uma ‘yield’ de 7%. Estes títulos foram colocados na ES Panamá. Mas a partir de 11 de Julho, o BES começou a recomprar as obrigações, o que gerou suspeitas nos auditores. ■